

OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS: UM ESTUDO DE PERFIL DAS OPERAÇÕES CONTRA FACÇÕES CRIMINOSAS

INTERAGENCY OPERATIONS IN THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS: A PROFILE STUDY OF OPERATIONS AGAINST CRIMINAL FACTIONS

OPERACIONES INTERAGENCIALES EN LA POLICÍA MILITAR DE AMAZONAS: UN ESTUDIO DE PERFIL DE LAS OPERACIONES CONTRA FACCIONES CRIMINALES

 <https://doi.org/10.56238/arev8n1-062>

Data de submissão: 09/12/2025

Data de publicação: 09/01/2026

Paulo José Barbosa Martins de Abreu

Bacharelando em Segurança Pública e do Cidadão

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas

E-mail: pauloabreu.adm@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6192-0676>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9408517990261294>

Rouget Brito de Aguiar Filho

Bacharel em Segurança e do Cidadão

Instituição: Universidade do Estado do Amazonas

E-mail: rougetbrito@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-9457-0931>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6311384083829181>

RESUMO

A criminalidade na Amazônia, organizada em torno de facções que utilizam a calha do rio Solimões como principal corredor logístico, transformou o Amazonas em eixo estratégico do crime organizado, tornando insuficiente a atuação isolada da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Nesse cenário, destacam-se as operações interagências, especialmente as Bases Fluviais Integradas – com ênfase na Base Arpão, e a atuação da PMAM na Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO/AM), que articulam policiamento ostensivo, investigação, perícia e responsabilização penal em arranjos cooperativos. Este artigo analisa o perfil dessas operações com participação da PMAM, focando seu emprego no enfrentamento às facções e na contenção de fluxos ilícitos, visando subsidiar um manual doutrinário de operações interagências adaptados ao contexto amazônico. A pesquisa é aplicada, qualitativa e descritiva, estruturada no estudo de caso das operações Arpão e FICCO/AM, nos últimos anos, buscando sistematizar boas práticas, apontar lacunas doutrinárias e propor diretrizes operacionais que fortaleçam a integração interagências.

Palavras-chave: Polícia Militar do Amazonas. Operações Interagências. Base Arpão. FICCO. Facções Criminosas.

ABSTRACT

Crime in the Amazon, organized around factions that use the Solimões River as a key logistical corridor, has turned Amazonas into a strategic axis for organized crime, making the isolated action of the Military Police of Amazonas (PMAM) insufficient. In this context, interagency operations stand out, especially the Integrated River Bases – notably the Arpão Base – and PMAM's role in the

Integrated Task Force to Combat Organized Crime (FICCO/AM), which combine overt policing, investigation, forensics and prosecution in cooperative arrangements. This article analyzes the profile of these operations involving PMAM, focusing on their use in confronting criminal factions and containing illicit flows, in order to support a doctrinal manual of interagency operations adapted to the Amazonian context. The research is applied, qualitative and descriptive, structured as a case study of the Arpão and FICCO/AM operations, aiming to systematize good practices, identify doctrinal gaps and propose operational guidelines that strengthen interagency integration.

Keywords: Military Police of Amazonas. Interagency Operations. Arpão Base. FICCO. Criminal Factions.

RESUMEN

La criminalidad en la Amazonía, organizada en torno a facciones que utilizan el río Solimões como principal corredor logístico, ha convertido a Amazonas en un eje estratégico del crimen organizado, haciendo insuficiente la actuación aislada de la Policía Militar de Amazonas (PMAM). En este contexto, se destacan las operaciones interagenciales, en especial las Bases Fluviales Integradas – con énfasis en la Base Arpão – y la actuación de la PMAM en la Fuerza Integrada de Combate al Crimen Organizado (FICCO/AM), que articulan patrullaje ostensivo, investigación, pericia y persecución penal en arreglos cooperativos. Este artículo analiza el perfil de estas operaciones con participación de la PMAM, enfocándose en su empleo en el enfrentamiento a las facciones criminales y en la contención de flujos ilícitos, con el fin de subsidiar un manual doctrinario de operaciones interagenciales adaptado al contexto amazónico. La investigación es aplicada, cualitativa y descriptiva, estructurada como estudio de caso de las operaciones Arpão y FICCO/AM, buscando sistematizar buenas prácticas, señalar lagunas doctrinarias y proponer directrices operativas que fortalezcan la integración interagencial.

Palabras clave: Policía Militar de Amazonas. Operaciones Interagenciales. Base Arpão. FICCO. Facciones Criminales.

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica da criminalidade na Amazônia consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos maiores desafios à segurança pública brasileira. No estado do Amazonas, facções com base prisional passaram a articular tráfico de drogas, armas, crimes ambientais, contrabando e controle territorial em áreas urbanas e ribeirinhas, explorando a malha hidrográfica como principal vetor logístico. A chamada “rota do Solimões” conecta a tríplice fronteira Brasil–Colômbia–Peru às grandes capitais nacionais, transformando o estado em corredor estratégico do crime organizado, com impactos diretos sobre os índices de homicídios, disputas territoriais e violações ambientais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Nesse cenário, a atuação isolada de um único órgão mostra-se claramente insuficiente. A literatura de segurança pública e de gestão pública convergem ao apontar que problemas complexos exigem arranjos cooperativos estáveis, com governança compartilhada, gestão do conhecimento e interoperabilidade de processos entre instituições (KEMPNER-MOREIRA; FREIRE, 2022; RODRIGUES; CASTRO; SILVA, 2025).

As operações interagências assumem, assim, papel central no enfrentamento ao crime organizado, entendidas como ações planejadas e executadas de forma coordenada entre diferentes órgãos de segurança, justiça, fiscalização e controle, sob marcos normativos comuns (BRASIL, 2017; BRASIL, 2020). No contexto amazônico, destacam-se duas experiências decisivas para a Polícia Militar do Amazonas (PMAM): as Bases Fluviais Integradas – com ênfase na Base Arpão em Coari – e a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO/AM). Dessa forma, destaca-se a característica da Multifuncionalidade conforme o Manual de Campanha EB70-MC-10-248 do Exército Brasileiro:

Multifuncionalidade – característica atribuída a um grupo em ambiente interagências, onde os diferentes atores apresentam-se de forma multidisciplinar com especializações funcionais específicas para alcançar um objetivo comum. Congregam esforços políticos, jurídicos, científico-tecnológicos, diplomáticos, militares, econômicos, humanitários e sociais na prevenção de ameaças, gerenciamento de crises e/ou solução de conflitos.

As Bases Fluviais foram concebidas como postos avançados permanentes, reunindo PMAM, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Marinha do Brasil, órgãos ambientais e, em determinados momentos, a Força Nacional, sob coordenação da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM). A Base Arpão, em especial, opera como “ponto de estrangulamento” das rotas ilícitas ao longo do rio Solimões, com patrulhamento ostensivo, abordagens sistemáticas a embarcações,

emprego de cães de faro, perícia em campo e lavratura de flagrantes a bordo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025).

Os resultados indicam o potencial desse modelo. Entre 2019 e 2024, as apreensões de cocaína e maconha no estado cresceram de forma exponencial, e estimativas apontam que a Base Arpão chegou a concentrar parcela relevante das apreensões de drogas e dos prejuízos financeiros impostos às organizações criminosas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Mais do que números, essa experiência evidencia um ciclo quase completo de atuação interagências, integrando vigilância, policiamento ostensivo, investigação, perícia e responsabilização penal em um mesmo ambiente operacional.

Paralelamente, a implantação da FICCO/AM insere o estado em um modelo nacional de forças tarefa voltadas ao enfrentamento qualificado do crime organizado, articulando Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, polícias civis e militares, polícias penais e Ministério Público, entre outros órgãos (BRASIL, 2023). Estudos sobre a FICCO em Roraima demonstram que essas forças integradas se comportam como “força-tarefa composta por organizações de segurança pública que atuam conjuntamente no enfrentamento à criminalidade organizada” (RODRIGUES; CASTRO; SILVA, 2025, s.p.), estruturadas em ciclos de gestão do conhecimento, identificação de lacunas, produção de inteligência, planejamento conjunto, execução e retroalimentação com lições aprendidas. Destaca-se a Interoperabilidade Interagências mencionada no Manual de Campanha EB70-MC-10-248 do Exército Brasileiro:

Interoperabilidade Interagências – é a capacidade de os sistemas (informatizados ou não) das forças intercambiarem serviços ou informações com sistemas de outras agências, sem o comprometimento de suas funcionalidades. O fluxo de informações atualizadas sobre material, recursos humanos e objetivos institucionais de cada agência permite aprofundar o conhecimento sobre os parceiros da ação e assessorar a gestão e a tomada de decisão. A interoperabilidade interagência permite uma atuação integrada, coordenada, harmônica e complementar, em ambiente interagências, para o cumprimento das missões estabelecidas.

A PMAM, nesse arranjo, desempenha papel estratégico ao articular sua capilaridade territorial e vocação ostensiva com a atuação investigativa e de inteligência da FICCO. Informações produzidas no cotidiano das Companhias Interativas Comunitárias (CICOM), do Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS) e das unidades especializadas como a Companhia de Operações Especiais (COE) podem alimentar investigações complexas, enquanto operações da FICCO retroalimentam o planejamento tático-operacional da PMAM, inclusive em dimensão fluvial, com sinergia em relação às Bases Arpão.

Não obstante tais avanços, observa-se que grande parte dessas experiências permanece pouco sistematizada do ponto de vista doutrinário. Os manuais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (BRASIL, 2017) e a doutrina do Exército Brasileiro (BRASIL, 2020) oferecem conceitos e diretrizes gerais para operações interagências, mas não contemplam, de forma específica, as particularidades do “custo Amazônia”, da logística fluvial e das estruturas de comando e controle da PMAM. Trabalhos recentes sobre operações interagências em outros estados, como o Paraná, mostram que a elaboração de protocolos próprios, *checklists* operacionais e fluxos formais de coordenação contribui para reduzir conflitos institucionais, otimizar recursos e padronizar procedimentos (PARANÁ, 2019).

Diante disso, o trabalho propõe-se a analisar o perfil das operações interagências da Polícia Militar do Amazonas, com ênfase nas Bases Fluviais Integradas e na atuação da PMAM na FICCO/AM, a fim de subsidiar a construção de um manual doutrinário de operações interagências adaptados às especificidades amazônicas. Ao integrar evidências empíricas dessas experiências com referenciais teóricos de governança interorganizacional e gestão do conhecimento, o estudo busca contribuir para a consolidação de um modelo de integração mais estável, replicável e alinhado às demandas contemporâneas de enfrentamento às facções criminosas.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo foi delineada para compreender, em profundidade, o perfil das operações interagências da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) no enfrentamento às facções criminosas, tomando como eixos empíricos centrais a Base Fluvial Integrada Arpão e a atuação da PMAM na Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO/AM), em diálogo comparativo com outras experiências nacionais descritas nos manuais de operações interagências do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Exército Brasileiro e em estudos de caso como a FICCO-RR e as operações integradas no Paraná.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, qualitativa, exploratório e descritiva, orientada pela Teoria da Cooperação Interorganizacional e por referenciais de governança multinível e gestão do conhecimento em segurança pública, que permitem analisar como diferentes instituições - polícias, órgãos ambientais, Forças Armadas, Ministério Público e sistema penitenciário -, constroem arranjos cooperativos estáveis em contextos de alta complexidade territorial.

Adota-se como estratégia principal o estudo de caso, privilegiando a análise aprofundada das operações Arpão e FICCO/AM enquanto “laboratórios” de operações interagências na Amazônia, com recorte sobre o combate às facções e ao crime organizado na calha do Solimões e na região metropolitana de Manaus. As fontes de dados compreendem documentos oficiais da PMAM e da

SSP-AM, relatórios operacionais, estatísticas criminais, planos estratégicos e normativos internos. Além disso, os atos normativos e portarias que regulam as FICCO no âmbito do MJSP, relatórios e estudos técnicos sobre as Bases Fluviais Integradas presentes no relatório, o FBSP, em seu livro eletrônico “Experiências promissoras de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência na Amazônia”, exemplifica as dificuldades logísticas e orçamentárias do policiamento das Bases Fluviais, conforme à seguir:

Em uma estimativa aproximada, se compararmos o custo de deslocamento por 500 km em uma lancha blindada no interior do Amazonas com aquele feito por uma viatura padrão por rodovias na região Sudeste, veremos que, só de combustível, uma lancha blindada operando nos rios da Amazônia custa, em média, entre R\$ 6 e R\$ 7 mil, enquanto uma viatura rodoviária no Sudeste exige algo como R\$ 260,00 para percorrer a mesma distância. Ou seja, fazer policiamento na Amazônia tem um custo 25 vezes maior só com combustível do que fazer policiamento em rodovias do Sudeste. (FBSP, Experiências Promissoras de Prevenção. 1º Ed. 2025. p. 6)

Por essa razão, sob a ótica do ciclo de gestão do conhecimento e dos estudos doutrinários sobre operações interagências no estado do Amazonas, a técnica central de coleta e tratamento das informações é a análise documental, complementada por análise de conteúdo, conforme (BARDIN, 2016) para categorização temática de trechos referentes a coordenação interagências, fluxos de comando e controle, procedimentos operacionais, resultados e gargalos; essa análise é articulada a uma interpretação hermenêutica de caráter histórico institucional, visando situar os dados no marco jurídico, organizacional e territorial da PMAM e da Amazônia.

A partir desse corpus, procede-se a um movimento lógico que combina raciocínio indutivo, da experiência concreta das operações Arpão e FICCO/AM, para proposições gerais sobre o perfil das operações interagências na PMAM e movimento hipotético dedutivo, dessa forma, será testado, à luz dos dados, hipóteses derivadas da doutrina nacional de operações interagências, do Manual de Campanha do Exército de Operações Interagências e da literatura de cooperação interorganizacional, de modo a produzir insumos consistentes para a proposta de um manual doutrinário de operações interagências adaptado às especificidades amazônicas.

3 RESULTADOS

A análise dos dados empíricos e documentais evidencia que as operações interagências com participação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) alcançaram resultados expressivos no enfrentamento às facções criminosas que exploram a calha do rio Solimões, embora persistam desafios estruturais ligados à expansão territorial dessas organizações. O estudo “Cartografias da Violência na Amazônia 4 edição” mostra que, em 2025, 344 municípios da Amazônia Legal estavam

sob influência de facções criminosas, frente a 260 em 2024. Desses, 286 municípios eram ocupados pelo Comando Vermelho (CV), que “mais do que dobrou sua presença na região”, consolidando hegemonia em 202 cidades e disputa em outras 84 (FBSP, 4ºed. 2025, p. 28–34). Esse cenário confirma a centralidade da região amazônica na estratégia de expansão das facções e reforça a pertinência de operações integradas de caráter permanente, como as Bases Fluviais Integradas e a FICCO/AM.

Do ponto de vista quantitativo, os resultados das Forças de Segurança do Amazonas mostram um salto histórico nas apreensões de entorpecentes. Segundo a Secretaria de Segurança Pública (SSP-AM), em 2024 foram apreendidos 43.248 kg de drogas (cocaína e maconha), contra 28.594 kg em 2023, representando aumento de 51,2% no volume apreendido (AMAZONAS, 2025). Os dados detalhados indicam apreensão de 15.034 kg de cocaína (crescimento de 91,05% em relação a 2023) e 28.205 kg de maconha, 36,13% a mais que no ano anterior (AMAZONAS, 2025). Em nota complementar, a SSP-AM destaca que 65% das apreensões correspondem à maconha (sobretudo tipo *skunk*), enquanto a cocaína responde por 35% e que “o quantitativo é o dobro do apreendido em 2023”, consolidando 2024 como série histórica em apreensão de entorpecentes (AMAZONAS, 2024).

A interiorização das ações integradas é um dado central: 77% de todas as apreensões de 2024 ocorreram em municípios do interior, com participação decisiva das Bases Fluviais Arpão 1 e 2, Tiradentes e Governador Paulo Pinto Nery (AMAZONAS, 2024). No âmbito específico da Base Arpão, o relatório da SSP-AM registra, por exemplo, uma apreensão de 1,5 tonelada de maconha tipo *skunk* em tanques de combustível na Base Arpão 2, nas proximidades de Barcelos, além de diversas ocorrências conjuntas com a Companhia de Operações Especiais (COE) e a Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCães) (AMAZONAS, 2024; PMAM, 2024). Esses resultados confirmam a Base Arpão como ponto de estrangulamento das rotas ilícitas, especialmente no eixo Solimões–Negro, e mostram que a PMAM, por meio de unidades especializadas, assume papel de protagonismo no policiamento ostensivo fluvial e na condução das abordagens em ambiente integrado. Principalmente quando unidades especializadas assumem posições estratégicas, conforme prevê o Manual de Campanha EB70-MC-10-248 do Exército Brasileiro a seguir:

6.2.2 É importante considerar que as agências empregam diferentes sistemáticas de trabalho e, consequentemente, de planejamento. Assim, integrar os planos dos participantes exigirá flexibilidade por parte do vetor responsável pela coordenação das ações. 6.2.3 Dessa forma, cada agência deve apresentar suas próprias condicionantes e restrições que podem ter reflexos sobre as ações a serem desencadeadas. Essa busca pela unidade de esforços é normalmente mais complexa do que a integração de meios em um planejamento para uma operação exclusivamente militar. 6.2.4 Confeccionar um plano de ação ou coordenação interagências pode minimizar essa complexidade. Uma proposta inicial do plano deve ser preparada pelo vetor designado como coordenador das ações e enviada a todas as organizações participantes,

como minuta, a fim de que todos opinem. O anexo D apresenta um modelo de plano de coordenação interagências, como referência. (Brasil, EB70-MC-10-248. 2020. p. 6-1)

Quando se observa a série histórica recente, verifica-se que o aumento nas apreensões está diretamente associado à ampliação das operações interagências. A SSP-AM relata que, apenas entre 1º de janeiro e 20 de fevereiro de 2024, foram apreendidas cerca de 8,5 toneladas de drogas, incremento de 224% em relação ao mesmo período de 2023, resultado de operações conjuntas envolvendo Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Federal, com apoio da Base Arpão 2 e de lanchas blindadas (AMAZONAS, 2024). Em paralelo, balanço anterior da PMAM já registrava, em 2023, a retirada de mais de 28 toneladas de drogas das organizações criminosas, volume superior ao somatório de apreensões dos demais estados da Região Norte (PMAM, 2024). A consolidação desse patamar em 2024 e 2025 indica que não se trata de resultado episódico, mas de uma tendência associada à institucionalização das bases fluviais e ao adensamento da cooperação com órgãos federais.

Entre as ocorrências emblemáticas analisadas, destaca-se a maior apreensão de drogas da história do Amazonas em uma única ocorrência, registrada em 1º de junho de 2025. Nessa data, equipes da COE/PMAM, com apoio da FICCO/AM e da Direção Antidrogas da Polícia Nacional do Peru (DIRANDRO), interceptaram uma lancha blindada no rio Solimões, próximo a Manacapuru, apreendendo 6,5 toneladas de entorpecentes, entre maconha tipo *skunk* e cocaína, além de sete fuzis, metralhadora calibre .50, metralhadora 7,62, lancha com seis motores e grande quantidade de munições e carregadores (PMAM, 2025). O governador do estado qualificou o episódio como “a maior apreensão do Amazonas”, estimando prejuízo de aproximadamente R\$ 270 milhões ao crime organizado, resultado atribuído diretamente à infraestrutura da Base Arpão, às lanchas blindadas e ao trabalho integrado entre inteligência e unidades especializadas (PMAM, 2025).

A Doutrina de Operações Interagências do Exército Brasileiro destaca a importância dessa integração, ressaltando que a atuação coordenada entre diferentes órgãos é crucial para garantir a eficácia das ações de segurança pública, especialmente em regiões como a Amazônia. A necessidade de cooperação entre agências é um elemento central na abordagem de segurança em áreas fronteiriças e de difícil acesso, onde a presença do crime organizado representa uma ameaça constante. Conforme descrito no Manual de Campanha de Operações Interagências:

A cooperação interagências é fundamental para enfrentar as ameaças à segurança pública de maneira integrada e eficaz. A atuação isolada de uma única agência, principalmente em áreas críticas, como as regiões de fronteira e áreas de difícil acesso, tem se mostrado insuficiente diante da complexidade dos crimes transnacionais e da geografia peculiar da região

amazônica. A integração entre as diversas forças permite a otimização de recursos e o fortalecimento da capacidade de resposta do Estado. (BRASIL, 2020, p. 42)

Nesse contexto, é imperioso desenvolver um perfil estratégico para as operações interagências no estado do Amazonas, com foco em estudos de caso como as Operações Arpão e a FICCO. Essas operações exemplificam a articulação de esforços entre as forças de segurança, visando o combate ao tráfico de drogas e armas, além de outros crimes transnacionais que afetam a região amazônica.

Outra ocorrência paradigmática diz respeito à maior apreensão de cocaína da história do Amazonas, realizada em maio de 2024, em operação conjunta da Polícia Federal, Polícia Militar e Polícia Civil no rio Solimões. A ação resultou na apreensão de mais de duas toneladas de cocaína, além de seis fuzis de calibres 7,62 e 5,56, espingarda calibre 12, granadas e lancha blindada com quatro motores, interceptando carregamento que saíra da região de fronteira e se dirigia a centros de distribuição na calha do Solimões (POLÍCIA FEDERAL, 2024). Embora não vinculada exclusivamente à Base Arpão, a operação exemplifica o padrão de integração operacional fluvial em que a PMAM atua lado a lado com forças federais na interceptação de grandes embarcações de alto valor estratégico para facções como o Comando Vermelho.

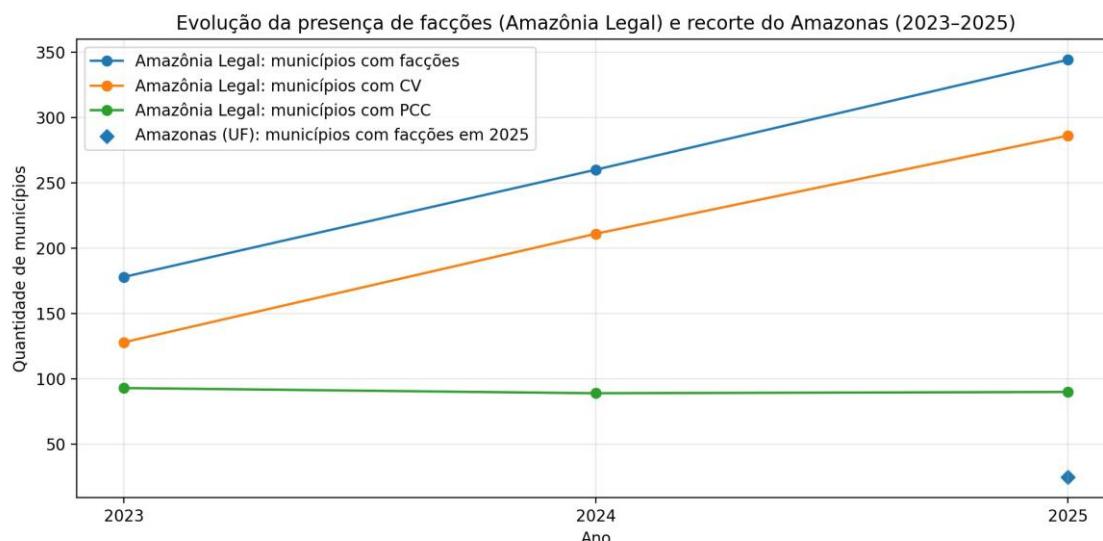
No recorte da FICCO/AM, a análise evidencia a consolidação de um modelo de força-tarefa interagências ancorados em inteligência de fronteira. Em dezembro de 2025, a FICCO/AM apreendeu 370,8 kg de cloridrato de cocaína em uma balsa petroleira que navegava no rio Solimões entre Anamã e Anori. Segundo a Polícia Federal, a ação decorreu de “informações de inteligência obtidas na Tríplice Fronteira” sobre balsa oriunda do Peru com grande quantidade de droga ocultada em carga de combustível, sendo que equipes da COE/PMAM realizaram a interceptação e localizaram sacos com entorpecentes submersos no petróleo (POLÍCIA FEDERAL, 2025). A ocorrência ilustra duas dimensões centrais deste trabalho, a capacidade da PMAM de operar como braço ostensivo especializado da FICCO, particularmente em ambiente fluvial complexo por meio da COE e o uso intensivo de inteligência multiorganizacional para orientar a escolha de alvos de alto valor, alinhando-se ao modelo de ciclo de gestão do conhecimento descrito por (RODRIGUES, Castro e Silva, pág. 163) na experiência da FICCO-RR.

Os resultados também confirmam que as bases fluviais e a FICCO/AM operam sobre o mesmo “corredor estratégico” das facções, ainda que a partir de ângulos distintos. Enquanto a Base Arpão e demais bases integradas concentram-se em patrulhamento ostensivo, abordagens sistemáticas de embarcações e apreensões em flagrante, a FICCO/AM atua com ênfase em investigações complexas, rastreamento de cadeias logísticas e cooperação internacional, como evidenciado nas ações que envolveram a DIRANDRO peruana (PMAM, 2025; POLÍCIA FEDERAL, 2025). A análise de

conteúdo dos relatórios oficiais mostra que o fluxo de informação entre CICOMs, CIOPS, unidades especializadas da PMAM e a FICCO é cada vez mais denso, configurando um ciclo em que dados operacionais cotidianos alimentam investigações estratégicas, que por sua vez retornam à ponta em forma de operações cirúrgicas contra grandes carregamentos de drogas.

Entretanto, quando esses resultados são confrontados com o avanço territorial das facções - em especial o Comando Vermelho, hegemônico em 202 municípios da Amazônia Legal e em disputa em outros 84 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025) -, torna-se evidente que a eficácia das operações interagências ainda convive com um quadro de expansão criminal. Em termos analíticos, isso sugere que as operações têm sido bem-sucedidas em impor custos econômicos significativos às organizações (apreensões recordes e prejuízos bilionários), mas ainda insuficientes para reverter, isoladamente, a dinâmica de capilarização territorial das facções. Tal constatação reforça a necessidade de consolidar a dimensão doutrinária dessas práticas, de forma a garantir sua continuidade, replicabilidade e articulação com políticas preventivas e de controle territorial mais amplas. Conforme aponta o gráfico à seguir:

Figura 1



Fonte dos dados: Cartografias na Amazônia, 4º Edição. 2025.

Do ponto de vista da cooperação interorganizacional, os resultados encontrados convergem com a literatura que associa desempenho em contextos complexos à existência de arranjos de governança estáveis e mecanismos formais de coordenação (KEMPNER-MOREIRA; FREIRE, 2022; RODRIGUES; CASTRO; SILVA, 2025). Nas ações analisadas, -a Base Arpão funciona como plataforma logística e operacional compartilhada, na qual PMAM, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Marinha e, em momentos pontuais, Força Nacional e órgãos ambientais, exercem competências

complementares sob coordenação da SSP-AM, reduzindo conflitos de jurisdição e tempos de resposta (AMAZONAS, 2024). Já a FICCO/AM materializa o que a doutrina denomina força-tarefa de caráter permanente, com foco explícito no crime organizado, integrando Polícia Federal, PMAM, PC-AM, Polícia Rodoviária Federal, sistema penitenciário e estruturas de inteligência estadual (POLÍCIA FEDERAL, 2025).

Em síntese, os resultados empíricos demonstram que: a) houve aumento expressivo das apreensões de cocaína e maconha no Amazonas entre 2023 e 2025, com recordes históricos diretamente vinculados a operações interagências em ambiente fluvial; b) as bases Arpão e a FICCO/AM consolidaram-se como laboratórios de integração operacional, articulando policiamento ostensivo, inteligência e cooperação internacional; e c) a despeito desses avanços, a expansão territorial de facções como o Comando Vermelho na Amazônia Legal evidencia um descompasso entre o impacto econômico das apreensões e a capacidade de desestruturação das redes criminais, apontando para a urgência de um manual doutrinário de operações interagências da PMAM que sistematize protocolos, fluxos de comando e mecanismos de gestão do conhecimento. Esses achados fornecem o substrato empírico necessário para a proposição, nas seções seguintes, de diretrizes doutrinárias adaptadas ao contexto amazônico, em consonância com a Doutrina Nacional de Operações Interagências e com as especificidades da calha do Solimões e da região metropolitana de Manaus. Pois, conforme a Cartografias da Violência na Amazônia, Ed. 4º. 2025, aponta:

Nas atuais formas que o crime organizado toma na Amazônia, o território se torna um núcleo das relações de poder e controle das atividades criminosas, articulando ilícitos ambientais e econômicos. Assim, a interconexão entre o narcotráfico e outras formas de ilegalidade torna as comunidades tradicionais mais vulneráveis à invasão territorial e as diversas manifestações de violência. A compreensão do crime organizado na Amazônia, portanto, exige uma abordagem multifacetada, que considera tanto a complexidade das redes criminosas quanto vulnerabilidades locais que permitem sua reprodução. (Cartografias da Violência na Amazônia, Ed. 4º. 2025. p. 56)

Dessa forma, os resultados apontam que as operações interagências com protagonismo da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) na ponta de lança, por meio principalmente da atuação da (COE) da PMAM vêm impondo prejuízos crescentes às facções criminosas que exploram a calha do rio Solimões, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de consolidar uma doutrina própria por meio de um manual de operações interagências específicos para o contexto amazônico. Entre 2023 e 2025, as Forças de Segurança do Amazonas registraram sucessivos recordes de apreensão de entorpecentes. Em 2024, foram mais de 7 toneladas de drogas apenas até fevereiro, aumento de 138% em relação ao mesmo período do ano anterior, com forte concentração das apreensões na área de influência das Bases Arpão, que funcionam como postos avançados de patrulhamento e fiscalização

fluvial na calha do Solimões (AMAZONAS, 2024). Em 2025, a Base Arpão 1 apreendeu, em uma única ação, cerca de 78 quilos de entorpecentes avaliados em R\$ 3,5 milhões, escondidos em malas e caixas de bolacha dentro de embarcação que seguia para Manaus, confirmando o papel da base como ponto de estrangulamento das rotas logísticas das facções (AMAZONAS, 2025).

No plano das grandes operações, a Companhia de Operações Especiais (COE) da PMAM consolidou-se como vetor central da doutrina interagências em ambiente fluvial. Em 1º de junho de 2025, equipes da COE, conforme exposto anteriormente, em operação conjunta com a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado no Amazonas (FICCO/AM), realizaram a maior apreensão de drogas da história do estado em uma única ocorrência: 6,5 toneladas de entorpecentes entre maconha tipo *skunk* e cocaína, além de armamento pesado, incluindo metralhadora calibre .50 e fuzis (PMAM, 2025; SSP-AM, 2025). Estimativas oficiais apontaram prejuízo de centenas de milhões de reais ao narcotráfico, o que evidencia a capacidade de ações cirúrgicas quando inteligência, meios navais, unidades especiais e cooperação internacional atuam de forma coordenada.

Ressalta-se que a FICCO/AM é composta por Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Inteligência, sistema penitenciário estadual e guarda municipal, atuando de forma coordenada em ações de prevenção e repressão ao crime organizado (POLÍCIA FEDERAL, 2025). Em outubro de 2025, a Força Integrada, representada pela Polícia Federal e pelo Comando de Operações Especiais da PMAM, prendeu em flagrante um indivíduo que conduzia um veículo com 146,1 quilos de maconha em Manaus. Em outra operação, também em 2025, a FICCO/AM, representada pela Polícia Federal, COE, Comando de Policiamento Especializado (CPE) e ROCAM, apreendeu cerca de 500 quilos de entorpecentes em Manaus, com dois presos, demonstrando que a PMAM deixa de ser apenas “apoio ostensivo” para assumir posição de coprotagonista na força-tarefa (POLÍCIA FEDERAL, 2025).

As Bases Arpão, por sua vez, materializam no quotidiano o conceito de plataforma interagências. Relatórios da SSP-AM mostram que a Base Arpão 1, em Coari, reúne efetivos da PMAM, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Marinha e órgãos de fiscalização, operando sob coordenação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras e Divisas (GGI-F) e do programa Vigia/Hórus do Ministério da Justiça, com capacidade de permanecer longos períodos em operação, realizar abordagens sistemáticas a embarcações de todos os portes, empregar cães de faro e lavrar flagrantes a bordo, com apoio de cartório policial e perícia em campo (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025; AMAZONAS, 2024). A presença da cadela de faro Havana da PMAM, por exemplo, foi determinante para localizar, em 2024, carga de cocaína avaliada em mais

de R\$ 4,4 milhões em embarcação abordada em Coari, reforçando a importância dos meios técnicos integrados ao dispositivo fluvial (AMAZONAS, 2024).

Do ponto de vista doutrinário, esses resultados se aproximam do modelo descrito no Manual de Operações Interagências MD33-M-12 do Ministério da Defesa, que define as operações interagências como a interação das Forças Armadas com outras agências, visando conciliar interesses e coordenar esforços para objetivos convergentes, evitando duplicidade de ações, dispersão de recursos e divergência de soluções, com foco em eficiência, eficácia e efetividade (BRASIL, 2017). A doutrina do Exército Brasileiro em operações interagências (EB70-MC-10.248) reforça que a integração deve estruturar-se em torno de princípios como unidade de esforço, coordenação, compartilhamento de informações e planejamento conjunto, sobretudo em ambientes de grande complexidade territorial como a Amazônia (BRASIL, 2020). Na esfera da segurança pública, Dorecki e França (2024), ao propor uma definição doutrinária para o planejamento e coordenação de operações interagências, enfatizam que o processo é intrinsecamente complexo e depende de marcos claros de governança, definição de papéis, níveis de decisão e protocolos de comunicação para produzir resultados consistentes em face da adaptabilidade do crime organizado.

A articulação entre esses referenciais e a prática amazônica aponta diretamente para a necessidade de um manual doutrinário de operações interagências voltados à PMAM. Os dados de apreensões mostram que a corporação já atua em conformidade com vários princípios da doutrina nacional: racionalização de recursos (uso compartilhado de lanchas blindadas, cães, inteligência e logística), unidade de esforço (COE e outras unidades especiais operando sob comando único em ações integradas com FICCO), e foco em objetivos convergentes (interrupção de grandes fluxos de drogas, armas e insumos logísticos das facções). Entretanto, a ausência de um documento normativo próprio faz com que muito desse aprendizado permaneça disperso em ordens de serviço, relatórios e práticas informais, o que dificulta sua consolidação, replicação e transmissão às novas gerações de oficiais e praças. Dessa forma, é imperioso seguir a prescrição do Manual de Campanha Operações Interagências do Exército Brasileiro, conforme à seguir:

6.12 INSTRUMENTOS DE PARCERIA, 6.12.1 Entende-se por instrumento de parceria os memorandos de entendimento, convênios, termos de cooperação, acordos de cooperação, termos de parceria, contrato de gestão e demais documentos similares necessários para regular a mútua cooperação entre os partícipes que buscam atingir objetivos comuns previamente acordados. 6.12.2 O instrumento formalizador é assinado pelos representantes dos órgãos participantes e estabelece os termos do instrumento de parceria, podendo se apresentar sob a forma de memorando de entendimento, termo de cooperação, convênio, termo de parceria, contrato de gestão, acordo de cooperação e demais documentos similares. (Brasil, EB70-MC-10-248. 2020. p. 6-14)

A evidência de que a PMAM já atua com princípios típicos de operações interagências - como racionalização de meios, unidade de esforço e convergência de objetivos -, indica que o principal gargalo não é a ausência de capacidade operacional, mas a falta de institucionalização dessas rotinas em um marco normativo próprio, capaz de estabilizar padrões e reduzir a dependência de práticas informais e de arranjos personalizados (BRASIL, 2020). A doutrina nacional e militar sobre operações interagências sustenta que a coordenação eficaz requer formalização prévia de compromissos, definição de papéis e padronização de processos, justamente para evitar dispersão de recursos, sobreposição de esforços e inconsistências na execução em ambientes complexos (BRASIL, 2017; BRASIL, 2020). Sob a lente da governança multinível, essa formalização também é condição para transformar cooperação ocasional em rede estável, com regras claras de decisão, interoperabilidade e mecanismos de responsabilização institucional entre órgãos com mandatos distintos (KEMPNER-MOREIRA; FREIRE, 2022).

Nesse sentido, os instrumentos formais de parceria, como termos, acordos e convênios de cooperação, operam como engenharia institucional que dá previsibilidade e segurança jurídica ao emprego conjunto, permitindo que a integração funcione de modo contínuo e replicável, inclusive diante de mudanças de comando e de prioridades políticas. A lógica é convergente com diretrizes de atuação integrada em segurança pública, nas quais o compartilhamento de informações e a coordenação interinstitucional demandam marcos normativos e fluxos definidos para evitar ruídos de comunicação, duplicidade de iniciativas e competição por protagonismo (BRASIL, 2019; BRASIL, 2020). Em termos práticos, isso significa que a PMAM, ao propor um manual doutrinário próprio, deve incorporar modelos de pactuação operacional e de coordenação já previstos na doutrina de operações interagências, convertendo boas práticas dispersas em procedimentos padronizados, com *checklists*, gatilhos de acionamento e responsabilidades por fase da operação (BRASIL, 2017; BRASIL, 2020; DORECKI; FRANÇA, 2024).

Esse debate ganha densidade quando aplicado ao arranjo FICCO-COE. Estudos sobre forças integradas e gestão do conhecimento apontam que a efetividade aumenta quando a rede define, previamente, quem decide, quem coordena e quem executa, estruturando ciclos de inteligência, com planejamento da operação e avaliando as lições aprendidas, com posterior retroalimentação contínua (RODRIGUES; CASTRO; SILVA, 2025).

No Amazonas, é plausível e desejável que a FICCO concentre a articulação interagências, a governança do fluxo informacional e a seleção de alvos de alto valor, enquanto a COE, pela sua prontidão, expertise tática e capacidade de atuação em cenários de alto risco, inclusive fluviais, assuma a execução dos procedimentos técnicos e táticos mais sensíveis, desde que isso esteja

previamente pactuado em um contrato de objetivo com delimitação de ações, áreas de atuação, responsabilidades e canais formais de comando e controle. A doutrina de operações interagências destaca que, em ambientes com múltiplos atores, é comum existirem capacidades redundantes; sem coordenação, tal redundância tende a gerar desperdício e atritos, motivo pelo qual a especificação de tarefas e setores de emprego deve ser detalhada e acordada entre os participantes (BRASIL, 2020). Nesse contexto é imperioso ressaltar o fator político nessas operações, conforme a seguir:

5.1.3 Nas operações desencadeadas no ambiente interagências, as considerações políticas permeiam todos os níveis de coordenação, e o vetor militar pode não ser o principal ator e órgão encarregado da coordenação do processo. Como resultado, tais operações geralmente são balizadas por normas de conduta e regras de engajamento específicas. Os escalões da Força Terrestre (F Ter) participantes podem, ou não, receber a responsabilidade pela coordenação das ações. (Brasil, EB70-MC-10-248. 2020. p. 5-1)

Assim, o manual doutrinário proposto para a PMAM pode funcionar como a ponte entre a prática já consolidada e a governança necessária para sustentá-la: institucionaliza instrumentos de parceria, formaliza a divisão funcional entre FICCO e COE e cria previsibilidade decisória, elevando a eficiência, a segurança operacional e a continuidade das ações integradas contra facções criminosas (BRASIL, 2020).

A partir da análise das operações da COE junto à FICCO/AM e às Bases Arpão, a elaboração do manual deve, portanto, partir do que já funciona. As ações de 6,5 toneladas no Solimões, de 500 quilos e 146 quilos em Manaus, bem como as apreensões de dezenas de quilos em embarcações abordadas em Coari, ilustram um padrão operacional que combina inteligência multiescalar (fronteira, hidrovia, capital), emprego de unidades especiais (COE, COT, ROCAM), apoio de órgãos federais (PF, PRF) e coordenação pelo sistema de segurança estadual (SSP-AM). Esse padrão precisa ser descrito, normatizado e traduzido em fluxos de comando e controle, *checklists* tático operacionais, protocolos de comunicação e procedimentos padronizados de cadeia de custódia e apresentação à autoridade judiciária.

O manual de operações interagências da PMAM pode inspirar-se, em termos de estrutura, no EB70-MC-10.248, que apresenta conceitos, princípios, responsabilidades e processos de planejamento, mas adaptando-os ao “custo Amazônia”: longas linhas de comunicação fluvial, dependência de inteligência de fronteira, vulnerabilidade logística das comunidades ribeirinhas (FBSP, 1º ed. 2025) e forte presença de facções em áreas rurais e urbanas. (FBSP, 4º ed. 2025) No caso da PMAM, isso significa transformar a experiência da COE e das demais unidades especializadas em doutrina escrita, definindo, por exemplo, como se dá a priorização de alvos, a troca

de informações com a FICCO, a distribuição de responsabilidades em operações fluviais complexas e a interface com o Ministério Público e o Judiciário.

Dessa forma, a reorganização dos resultados permite concluir que a PMAM já opera, na prática, dentro de um modelo interagências de alta intensidade, particularmente nas Bases Arpão e na FICCO/AM, com a COE desempenhando papel de ponta no enfrentamento às facções em ambiente fluvial e urbano. As apreensões recordes e os prejuízos milionários impostos ao crime organizado confirmam a eficácia tático-operacional dessas ações; contudo, a continuidade da expansão territorial de facções como o Comando Vermelho na Amazônia Legal revela que esses esforços, embora robustos, ainda não se traduziram em capacidade plena de desestruturação das redes criminais.

A confecção de um manual doutrinário de operações interagências para a PMAM, ancorado na doutrina nacional (MD33-M-12 e EB70-MC-10.248) e na produção acadêmica recente sobre planejamento e coordenação interagências, surge, assim, como passo necessário para consolidar, expandir e qualificar os resultados já alcançados, garantindo que a experiência acumulada pela COE, pelas Bases Arpão e pela atuação da PMAM na FICCO/AM se transforme em conhecimento institucional estável, replicável e alinhado às exigências contemporâneas de enfrentamento às facções criminosas na Amazônia. Conforme exposto a seguir:

No Amazonas foi identificada a presença de facções em 25 municípios. Na maior parte deles (21), observa-se o controle de apenas um grupo. Há evidências da presença do Comando Vermelho em 23 municípios, atuando hegemônica em 199. Não é difícil encontrar as pichações da facção CV-AM espalhadas por diversas ruas de Manaus, até mesmo nos bairros mais centrais e próximos de pontos turísticos relevantes, como o Teatro Amazonas. O PCC vem perdendo abrangência no Amazonas, sobretudo após o CV ter tomado o último bairro sob o controle da facção paulista em Manaus, a Comunidade de Valparaíso, localizada no bairro de Nossa Senhora de Fátima, Zona Norte de Manaus. Atualmente, o PCC encontra-se apenas em Coari, na região do rio Solimões. (Cartografias da Violência na Amazônia, Ed. 4º. 2025. p. 69 a 71).

A evidência de que o Comando Vermelho mantém presença dominante no Amazonas, com capilaridade territorial em Manaus e no interior, ao passo que o PCC se restringe a pontos específicos como Coari, reforça a premissa central deste estudo: a dinâmica da facção no estado combina controle urbano, influência simbólica e logística fluvial, exigindo respostas integradas e permanentes, e não ações isoladas e episódicas (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Ed. 4º. 2025).

Nesse cenário, a Base Arpão e a atuação da PMAM na FICCO/AM se consolidam como arranjos interagências capazes de concentrar vigilância, repressão qualificada, inteligência e persecução penal em corredores críticos, mas seus ganhos precisam ser preservados e escalados por meio de um manual doutrinário próprio, que traduza as diretrizes nacionais em rotinas, fluxos de comando e controle, instrumentos de parceria, definição de papéis e prevenção de redundâncias entre

vetores participantes (BRASIL, 2020). Ao sistematizar esse aprendizado, a PMAM fortalece a unidade de esforço e a interoperabilidade com órgãos federais, estaduais e ambientais, transformando a experiência acumulada pela COE, pelas Bases Fluviais e pela força-tarefa da FICCO em conhecimento institucional replicável e orientado à contenção do domínio territorial e logístico das facções no “custo Amazônia” (BRASIL, 2020; KEMPNER-MOREIRA; FREIRE, 2022; RODRIGUES; CASTRO; SILVA, 2025).

4 DISCUSSÃO

A discussão dos resultados evidencia que as operações interagências conduzidas com participação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) avançaram significativamente em termos de volume de apreensões e sofisticação operacional, mas ainda carecem de consolidação doutrinária própria. As Bases Fluviais Integradas, em especial a Base Arpão, e a atuação da PMAM na FICCO/AM mostraram-se capazes de produzir prejuízos expressivos às economias ilícitas na calha do Solimões, com apreensões de drogas, armas, embarcações e combustíveis ilícitos que alcançam dezenas de toneladas e milhões de reais em valores estimados (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). Esses resultados não decorrem apenas de maior emprego de meios, mas de um arranjo interagências que combina patrulhamento ostensivo fluvial, inteligência, perícia em campo e repressão qualificada às facções, com ênfase no Comando Vermelho.

Ao mesmo tempo, a persistente expansão territorial dessas organizações na Amazônia Legal revela que a eficácia econômica das apreensões ainda não se converteu plenamente em capacidade de desarticulação estrutural das redes criminosas. Tal descompasso converge com a literatura que aponta a necessidade de ir além da integração “de ocasião”, avançando para modelos de governança multinível, com redes estáveis, compartilhamento sistemático de conhecimento e processos decisórios distribuídos (KEMPNER-MOREIRA, 2022). Nessa perspectiva, o manual doutrinário de operações interagências para a PMAM, proposto neste estudo, deve ser entendido como instrumento tático-normativo inserido em uma arquitetura de governança em rede, e não como mero compêndio de procedimentos. Conforme exposto a seguir:

O modelo Governança Multinível (MultiGov), ao promover práticas e mecanismos que possibilitem o alcance dos resultados coletivos, por meio da colaboração dos diferentes atores e nos múltiplos níveis, atende aos objetivos do Susp e das ações mais contemporâneas do Ministério da Justiça e da Segurança Pública. O compartilhamento de responsabilidades e do poder de decisão busca o desenvolvimento de estratégias e políticas de atuação, a implementação e a realização das ações em diferentes níveis de atuação, mas sempre alinhadas à estratégia central. (KEMPNER-MOREIRA, BRASIL, p. 31)

A forma como a Base Arpão e a FICCO/AM operam reforça essa leitura. No caso da base fluvial, a presença permanente de múltiplos órgãos sob coordenação da SSP-AM cria um ambiente de “centro de coordenação de operações” em escala regional, muito próximo ao modelo descrito no Manual de Campanha EB70-MC-10.248, que enfatiza a necessidade de estruturas formais para planejamento, coordenação e avaliação de operações interagências (BRASIL, 2020). A rotina de abordagens sistemáticas, o uso de cães de faro, a lavratura de flagrantes a bordo e a integração entre vigilância, ostensividade e persecução penal materializam, na prática, a definição de operações interagências como esforços conjuntos que evitam duplicidade de ações e dispersão de recursos (BRASIL, 2017; DORECKI; FRANÇA, 2024).

Na FICCO/AM, a lógica do ciclo de gestão do conhecimento, descrita por Rodrigues, Castro e Silva (2025) para a FICCO-RR, mostra-se central: identifica-se uma lacuna informacional, produz-se inteligência, planejam-se operações conjuntas, executam-se ações coordenadas e retroalimentam-se bancos de dados com lições aprendidas. A PMAM, por meio de suas Companhias Interativas Comunitárias, do CIOPS e das unidades especializadas, surge como ator-chave na alimentação desse ciclo, fornecendo a “camada territorial” que muitas vezes falta às forças federais. A Companhia de Operações Especiais (COE) da PMAM, em particular, agrega capacidade diferenciada de incursão em áreas de selva, rios e comunidades sob forte domínio criminoso, atuando em prisões de alto risco, retomada de áreas e escoltas sensíveis, em estreita coordenação com Polícia Federal, Marinha e demais agências. Essa vocação de tropa de pronto-emprego a torna peça estratégica a ser claramente posicionada no manual, com protocolos específicos para emprego em operações fluviais e de alto risco contra facções.

Os resultados obtidos indicam, portanto, que já existe um “núcleo duro” de práticas interagências no Amazonas, mas ainda pouco sistematizado em termos doutrinários. O Manual de Operações Interagências MD33-M-12, do Ministério da Defesa, e a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP) oferecem conceitos e modelos gerais de planejamento integrado, mas são deliberadamente amplos e voltados a múltiplos contextos (BRASIL, 2017; BRASIL, 2019). A experiência paranaense aponta que a adaptação desses referenciais a realidades estaduais, por meio de manuais específicos, reduz conflitos institucionais, clarifica fluxos de comando e consolida uma linguagem comum entre as forças (DORECKI; FRANÇA, 2024).

À luz da abordagem de governança multinível, o manual proposto para a PMAM deve assumir algumas funções críticas: explicitar o papel de cada nível (estratégico, tático e operacional) na condução de operações interagências; definir fluxos de decisão que valorizem a expertise local e a inteligência de fronteira; estabelecer mecanismos formais de compartilhamento de informações com

a FICCO/AM; e institucionalizar processos de avaliação e aprendizagem contínua, coerentes com o ciclo de gestão do conhecimento. Ao fazê-lo, poderá transformar a experiência bem-sucedida, mas ainda fragmentada, da Base Arpão, da COE e da FICCO/AM em um modelo replicável e sustentável de atuação integrada, alinhado tanto à doutrina nacional quanto às especificidades do ambiente amazônico.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise desenvolvida, é possível concluir que as operações interagências com participação da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), materializadas sobretudo nas Bases Fluviais Integradas, com destaque para a Base Arpão, e na atuação da corporação na FICCO/AM, representam hoje o núcleo mais avançado da resposta estatal às facções criminosas que disputam o controle da calha do Solimões e da região metropolitana de Manaus. Por essa razão, é necessário estabelecer uma estratégia com projetos de curto prazo para compartilhamento de informações, conforme exposto a seguir:

Outra estratégia é estabelecer projetos de curto prazo que permitam o estreitamento dos laços de rede, fomentando a cooperação entre dois ou mais atores. Esses projetos podem ser o compartilhamento de informações que beneficiem ambas as partes, ações conjuntas para um objetivo específico, enfim, é preciso buscar caminhos para trabalhar junto, já que esse elemento fortalece a confiança e permite que as regras sejam colocadas em prática e aprimoradas. Considerando que em todos os estágios de maturidade da rede existe a troca de informações e que esse é um fator que interfere diretamente nos resultados e no valor percebido é preciso estabelecer um fluxo informacional confiável. Ele pode ser simples, como um grupo de mensagens instantâneas, mas deve garantir que as informações cheguem a quem precisa de forma rápida, clara e útil. A formação da rede deve prever a abertura destes canais de comunicação que, por vezes, são obstruídos pela burocracia ou pela falta de conexões entre as partes. (KEMPNER-MOREIRA, BRASIL, p. 202).

Nesse sentido, possibilitará, apreensões recordes de drogas, armas e insumos estratégicos, bem como elevar prejuízos econômicos impostos ao crime organizado, confirmam que a integração com a Governança Multinível, entre policiamento ostensivo, inteligência, perícia em campo e cooperação internacional produzindo resultados concretos no nível tático-operacional (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025; AMAZONAS, 2024). Entretanto, a persistente expansão territorial de facções como o Comando Vermelho na Amazônia Legal demonstra que tais ganhos, embora significativos, ainda não se traduzem em capacidade plena de desarticulação estrutural das redes criminosas, o que recoloca a necessidade de aperfeiçoar a governança multinível e consolidar uma doutrina própria de operações interagências para a PMAM.

Nesse sentido, os achados deste estudo reforçam a pertinência de se propor um manual doutrinário de operações interagências específicos para o contexto amazônico, ancorado na Doutrina Nacional de Operações Interagências e nas experiências concretas de Arpão e FICCO/AM. A literatura sobre governança multinível em segurança pública destaca que arranjos cooperativos só se tornam duradouros quando apoiados em marcos normativos claros, fluxos estáveis de decisão e mecanismos formais de compartilhamento de conhecimento, sob pena de permanecerem dependentes da vontade conjuntural de gestores e da personalização de lideranças (KEMPNER-MOREIRA; FREIRE, 2022).

A experiência da FICCO-RR, analisada sob a ótica do ciclo de gestão do conhecimento (KMC), demonstra que forças-tarefa interagências tendem a ganhar efetividade quando transformam dados operacionais em inteligência, inteligência em planejamento conjunto e operações em lições aprendidas institucionalizadas (RODRIGUES; CASTRO; SILVA, 2025). Ao transpor essas lições para o caso da PMAM, torna-se evidente que o manual proposto deve funcionar como instrumento de articulação entre os níveis estratégico (SSP-AM, MJSP, DNAISP), tático (comandos de área, coordenação da FICCO/AM, gestão das Bases) e operacional (COE, CPE, ROCAM, unidades fluviais), alinhando responsabilidades, rotinas decisórias e protocolos de comunicação.

A forma como a Base Arpão opera, integrando, em um mesmo dispositivo, PMAM, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Marinha, órgãos ambientais e, em períodos específicos, a Força Nacional, com capacidade de patrulhamento contínuo, abordagens sistemáticas e lavratura de flagrantes a bordo, aproxima-se dos modelos descritos pelo MD33-M-12 e pelo EB70-MC-10.248, que defendem estruturas formais de coordenação para evitar duplicidade de esforços, dispersão de recursos e conflitos de jurisdição (BRASIL, 2017; BRASIL, 2020; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2025). De modo convergente, a FICCO/AM se apresenta como aplicação prática da doutrina de atuação integrada e da DNAISP, ao articular Polícia Federal, PMAM, polícias Civil e Rodoviária Federal, sistema penitenciário e órgãos de inteligência em torno do enfrentamento qualificado ao crime organizado, em linha com a literatura que trata das FICCO como “força-tarefa composta por organizações de segurança pública que atuam conjuntamente no enfrentamento à criminalidade organizada” (RODRIGUES; CASTRO; SILVA, 2025).

A atuação da Companhia de Operações Especiais (COE) da PMAM emerge, nesse cenário, como elemento estruturante da doutrina interagências. As operações em que a COE lidera abordagens fluviais de alto risco, intercepta grandes embarcações, cumpre mandados em áreas sob forte domínio faccionado e atua lado a lado com a Polícia Federal e forças estrangeiras, como a polícia antidrogas peruana, mostram que a unidade concentra capacidades críticas – mobilidade em selva e rios, pronto-

emprego, expertise em combate em ambiente complexo – que precisam estar claramente previstas no manual, com critérios de acionamento, regras de engajamento e fluxos de coordenação interinstitucional (PMAM, 2025; PESSOA, 2023).

Conclui-se, assim, que o caminho para qualificar e sustentar, no longo prazo, os resultados já alcançados passa menos por uma expansão indiscriminada de operações e mais pela sua sistematização doutrinária, à luz da governança multinível e da gestão do conhecimento.

A MultiGov não deixa de lado o monitoramento e controle necessários ao processo de governança, mas propõe uma avaliação multinível que acompanhe não somente o desempenho, mas aspectos como a motivação, a comunicação, a colaboração e a participação, pois estes interferem diretamente nos resultados da rede. Ancorados em critérios claros, objetivos e monitorados constantemente, é possível atuar para corrigir percursos e estabelecer novos rumos para a atuação em Rede. (KEMPNER-MOREIRA, BRASIL, p. 205).

O manual de operações interagências da PMAM, concebido a partir das experiências da Base Arpão, da FICCO/AM e da atuação da COE, tem potencial para transformar práticas bem-sucedidas, hoje fragmentadas, em conhecimento institucional padronizado, replicável e alinhado às particularidades amazônicas. Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui ao demonstrar como referenciais nacionais e internacionais de operações interagências podem ser apropriados e reinterpretados a partir de uma realidade periférica, mas central para o crime organizado; do ponto de vista prático, oferece balizas para que a PMAM avance de um modelo reativo e episódico para um padrão de atuação integrada mais estável, estratégico e orientado à desestruturação das facções criminosas que operam na calha do Solimões e na região metropolitana de Manaus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, com todo o meu coração, à minha esposa Rebecca Martins de Abreu e ao meu filho Ethan Benedet Martins de Abreu pelo amor, paciência e força que têm me dado ao longo do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Amazonas. Cada dia de estudo, cada noite mal dormida e cada desafio superado só foram possíveis porque eu sabia que, em casa, tenho uma família que acredita em mim e caminha ao meu lado. O apoio, a compreensão nas ausências, as palavras de incentivo e o carinho de vocês são o combustível que me mantém firme na missão de servir e proteger. Este trabalho é, antes de tudo, dedicado a vocês, que são meu porto seguro, minha motivação e o maior orgulho da minha vida.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA AMAZONAS DE NOTÍCIAS. Líder na região Norte, Amazonas é o 6º estado que mais apreende drogas no país. Manaus, 17 nov. 2025. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/lider-na-regiao-norte-amazonas-e-o-6-estado-que-mais-apreende-drogas-no-pais/#:~:text=drogas%20no%20pa%C3%ADs-,L%C3%ADder%20na%20regi%C3%A3o%20norte%2C%20Amazonas%20%C3%A9%20o%206%C2%B0%20estado,mais%20apreende%20drogas%20no%20pa%C3%ADs&text=O%20Amazonas%20vive%2C%20em%202025,de%20drogas%20em%20opera%C3%A7%C3%A3o%20integrada>. Acesso em: 15 dez. 2025.

ALVES, Eduardo B. M. Resultados operacionais da Base Fluvial Integrada Arpão I e seus reflexos na percepção de segurança em Coari (AM). Revista Interference, Manaus, v. 11, n. 2, p. 6051-6073, 2025.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. Forças de segurança apreendem mais de 17 toneladas de drogas no Amazonas. Manaus, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/forcas-de-seguranca-apreendem-mais-de-17-toneladas-de-drogas-neste-ano-no-amazonas/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOCK, Carlos Henrique Junior. A atuação integrada das forças de segurança pública no Brasil: impactos na ordem pública e na defesa nacional a partir de 2019. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. MD33-M-12: Operações interagências. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/legislacao/emcfa/publicacoes/operacoes/md33a_ma_12a_opa_interagencias_2a_eda_2017.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública (DNAISP). 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/dnaisp>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Polícia Federal. FICCO/AM realiza apreensão de 370 kg de cloridrato de cocaína. Brasília, DF, 4 dez. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2025/12/ficco-am-realiza-apreensao-de-370-kg-de-cloridrato-de-cocaina>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Polícia Federal. PF implanta a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado no Amazonas. Brasília, DF, 11 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/pf-implanta-a-forca-integrada-de-combate-ao-crime-organizado-no-amazonas>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. EB70-MC-10.248: Operações interagências. Brasília, DF: COTER, 2020. Disponível em: https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8201/1/EB70-MC-10.248_-_Opera%C3%A7%C3%A3o%C3%A7%C3%A3o_B5es_Interag%C3%A3o_AnciasPDF.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

CNN BRASIL. Forças de segurança apreendem mais de 4 toneladas de drogas no Amazonas. São Paulo, 28 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/forcas-de-seguranca-apreendem-mais-de-4-toneladas-de-drogas-no-amazonas/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

DORECKI, André Cristiano; FRANÇA, Roberto de. Operações interagências: definição doutrinária para o planejamento e a coordenação no contexto da segurança pública do Brasil. Recima21 – Revista Científica Multidisciplinar, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 242-261, 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/4916/3396>. Acesso em: 12 dez. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Cartografias da violência na Amazônia. 3. ed. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c86febd3-e26f-487f-a561-623ac825863a/>. Acesso em: 14 dez. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Cartografias da violência na Amazônia. 4.ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/289>. Acesso em: 16 dez. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Experiências promissoras de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência na Amazônia. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/288>. Acesso em: 15 dez. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

KEMPNER-MOREIRA, Fernanda. Governança multinível: um framework para a governança da segurança pública brasileira à luz do paradigma das redes organizacionais. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: Governança multinível: um framework para a governança da segurança pública brasileira à luz do paradigma das redes organizacionais. Acesso em: 17 dez. 2025.

KEMPNER-MOREIRA, Fernanda; ALMEIDA, Cristiane K.; NEGRET, Fernanda. Governança multinível pública: um novo modelo de gestão para a segurança pública. Curitiba: CRV, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (coord.). Cartografias da violência na Amazônia. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (coord.). Experiências promissoras de prevenção e enfrentamento ao crime e à violência na Amazônia. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS. Companhia de Operações Especiais (COE) realiza maior apreensão de drogas da história do Amazonas. Manaus, 15 set. 2025. Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/noticia/pmam_registro_maior_apree-19272. Acesso em: 10 dez. 2025.

RODRIGUES, Ciro Lima Pereira; CASTRO, Francisco Xavier Medeiros de; SILVA, Ranier Nunes da. A atuação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado em Roraima (FICCO-RR) sob a ótica do Ciclo de Gestão do Conhecimento (KMC). Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul – RevPMMS, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 162-181, fev. 2025. DOI: 10.62927/revpmms.v2i1.81. Disponível em: <https://revista.pm.ms.gov.br/OJS/article/view/81>. Acesso em: 15 dez. 2025.

RANIER NUNES. A atuação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado em Roraima (FICCO-RR) sob a ótica do ciclo de gestão do conhecimento (KMC). Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, v. 2, n. 1, p. 162-181, 2025. Disponível em: <https://revista.pm.ms.gov.br/OJS/article/view/81>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS. Base Arpão I apreende 78 quilos de entorpecentes avaliados em R\$ 3,5 milhões. Manaus, 5 set. 2024. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/base-arpao-1-pmam-apreende-mais-de-78-kg-de-drogas-escondidas-em-caixas-de-bolacha-e-malas/> Acesso em: 10 dez. 2025.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS. Bases flutuantes triplicam produtividade no enfrentamento ao crime organizado na calha do Rio Negro. Manaus, 27 ago. 2025. Disponível em: <https://www.ssp.am.gov.br/bases-flutuantes-triplicam-produtividade-em-2024/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

VANGUARDA DO NORTE. Em um ano, apreensão de drogas aumenta 20% e chega a 43,3 toneladas no Amazonas. Manaus, 2 dez. 2025. Disponível em: <https://www.vanguardadonorte.com.br/noticia/amazonas-apreensao-de-drogas-2025/>. Acesso em: 10 dez. 2025.